



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.
Equipe de Licitação Kappa

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 651/2017/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0028.014490/2017-70/SEDAM/RO

OBJETO: Aquisição de 15.000 (quinze mil) Mudras de Castanha do Brasil para atender as necessidades da política de reflorestamento do Estado de Rondônia, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

Recorrente: Palmira de Fátima Martins Ribeiro - ME CNPJ: 02.753.224/0001-08

Recorrida: Luzia F. Cunha - ME, CNPJ: 27.078.455/0001-86

Aos **02 dias** do mês de **março** do ano de dois mil e dezoito, às **10h00min**, na sede da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, sediada no Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos, 2º piso, Avenida Farquhar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, em Porto Velho - RO, reuniram-se o Pregoeiro da Equipe de Licitações Kappa/SUPEL, Vivaldo Brito Mendes, com sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria Nº 20/2018/SUPEL-CI, publicada no DOE/RO do dia **09.02.2018**, para proceder ao exame do Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **Palmira de Fátima Martins Ribeiro**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **02.753.224/0001-08**, contra a habilitação da empresa **Luzia F. Cunha - ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **27.078.455/0001-86**, por discordar da decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa **Recorrida**, para o item único do certame.

I - DA ADMISSIBILIDADE

Tendo sido enviada pelo Sistema Comprasnet as argumentações da **Recorrente** em tempo hábil, o Pregoeiro, à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, recebe e conhece da **intenção de recurso interposta**, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado tempestiva.

II - DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Aduz a Recorrente em sua intenção de recurso registrada no sistema (**ID 0892406**), contestando a habilitação da **Recorrida**, alegando que houve forte flagrante de documentação sem comprovação de veracidade, conforme TJRO, onde informa que selos utilizados para reconhecimento de firma do contrato de fornec. apresentado, firmas 16.10.17 estavam disponíveis em 15.02.18, demonstrando as firmas não foram reconhecidas em 16.10.17. Não atendimento ao item 11.4.4 alín. b, não apresentou Balanço abertura conforme Lei 8.541/92, houve movimentação financ. 2017 com venda p/ Agro TQT, Balanço assinado 30.01.18, contrariando a 10.02.17 ato contra Resolução CFC 1255/09, Balanço apre...

Após a concessão do prazo legal para a anexação da peça recursal, o Pregoeiro constatou que não foi anexado ao Sistema Comprasnet o devido recurso, abdicando a **Recorrente** de seu direito de detalhar e esclarecer seus argumentos, considerando que o texto apresentado na Intenção de Recurso encontra-se truncado e muito abreviado, não sendo plausível seu entendimento para que leve a reverter a decisão proferida constante em ata, que aceitou e habilitou a proposta da **Recorrida**.



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.
Equipe de Licitação Kappa

III - DO PEDIDO DA RECORRENTE

Intui-se do texto constante da intenção de recurso, que a **Recorrente** pleiteia a inabilitação da **Recorrida** pelos argumentos constantes da referida intenção.

IV - DAS CONTRARRAZÕES

Ressalta-se que em razão da não anexação da peça recursal ao Sistema Comprasnet, o referido sistema não abre o campo para a juntada das possíveis contrarrazões, impedindo possíveis contestações das alegações citadas na intenção de recurso. Face ao exposto, o representante da Recorrida consultou via telefone (69) 3212-9267 esta Equipe de Licitações, sendo autorizada a enviar sua contrarrazões (**ID 0970176**) pelo e-mail oficial supel.kappa@gmail.com, que, em síntese, pronunciou-se desta forma:

“A empresa Luzia F. Cunha – ME (...) vem por meio desta interpor nossa Contra razão ao Manifesto de intenção de Recurso (NÃO APRESENTADO) pela empresa PALMIRA DE FÁTIMA MARTINS RIBEIRO – ME. Mediante o não envio do Recurso intencionado pelo nobre concorrente, torna-se inócua a Intenção apresentada pelo mesmo, tornando o ato do concorrente nulo.

V - DO PEDIDO DA RECORRIDA

A **Recorrida** finaliza suas contrarrazões, requerendo que seja dado prosseguimento ao certame, visto que não há fatos controversos a serem contra razoados/defendidos.

VI - DO MÉRITO (DOS FATOS)

O Pregoeiro, na data determinada, procedeu a abertura do certame em debate, com a participação de 11 (onze) empresas, passando à fase de lances e posteriormente, com a liberação da listagem de classificação, para a negociação de valores da proposta com a primeira classificada (I F DE SOUZA – ME), que, com a dispensa do envio da proposta atualizada, após solicitar a documentação de habilitação decidiu pela sua inabilitação, devido a empresa não ter encaminhado o Balanço Patrimonial, descumprindo o item 11.4.4 “b” do Edital e por não ter comprovado cadastro no RENASEM, conforme consta em Ata.

Dando prosseguimento, a segunda colocada (MIRA COMERCIAL E SERVICOS - EIRELI – ME), foi desclassificada por não atender o item 11.5.2 do Edital, conforme mensagem da própria licitante constante, onde declina da proposta. Na sequência foi convocada a próxima classificada, a atual **Recorrida**, sendo sua proposta aceita e habilitada por atender as exigências do Edital. Após a concessão dos prazos legais, a **Recorrente** manifestou a sua intenção de recorrer da decisão que habilitou a **Recorrida**, não apresentando suas razões recursais no sistema, após a concessão do 03 (três) dias úteis regimentais, conforme já explicitado nesta peça.

Neste sentido, a **Recorrida**, em razão do campo no Sistema Comprasnet não abrir para contrarrazões, enviou sua argumentação via e-mail afirmando que mediante o não envio do Recurso intencionado, a intenção apresentada pelo mesmo torna-se inócua, sendo o ato do concorrente nulo.

Neste diapasão, o Pregoeiro informa que, do que infere-se do questionamento da **Recorrente**, o Balanço Patrimonial da Recorrida atende às exigências do Edital, pois a data final para apresentar o BP é até 30.04.2017, atendendo ainda na comprovação do Patrimônio Líquido exigido. As demais alegações ficam prejudicadas por não serem compreensíveis. Quanto à data do Atestado de Capacidade Técnica (**ID 0892281**), a Recorrida informa, em mensagem de 14.02.2018, que verificou



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar
Porto Velho, Rondônia.
Equipe de Licitação Kappa

VI - DA DECISÃO

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise da intenção de recurso manifesta, recebida e conhecida, bem como as contrarrazões, e com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da competitividade, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como a obediência às regras editalícias e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, dá-se provimento ao recurso, **para julgá-lo improcedente** e consequentemente manter as decisões proferidas na **Ata do Pregão Eletrônico nº 651/2017/SUPEL/RO (ID 0892299)**, lavrada no dia **19 de fevereiro de 2018**.

Vivaldo Brito Mendes
Pregoeiro - Equipe Kappa/SUPEL/RO